

Infohabitar, Ano XVII, n.º 781

Oferta abrangente de espaços domésticos específicos – infohabitar # 781

António Baptista Coelho
(texto e desenho)

Artigo integrado na série editorial da Infohabitar “Habitar e viver melhor”

Resumo

Neste artigo, dedicado a um tema que se julga dever ser “irmão” dos aspetos globais de funcionalidade doméstica e depois de uma reflexão introdutória sobre a própria natureza do respetivo título, onde contrapontuam os termos “abrangente” e “específicos”, desenvolve-se uma reflexão sobre a implementação de uma habitabilidade ampla nos espaços domésticos, habitabilidade esta que também depende do desenvolvimento de boas condições habitacionais interiores, exteriores e de relação interior/exterior, do visar de renovados e bem fundamentados objetivos de organização doméstica e da promoção de um adequado convívio nos espaços domésticos; temas estes que se desenvolvem sequencialmente no artigo.

1. Notas introdutórias sobre o título do artigo – espaços domésticos diversificados e específicos

Julga-se interessante salientar o tema que está bem presente no próprio título do artigo, e que se refere a uma “oferta abrangente de espaços domésticos específicos”, reforçando-se esta ideia de proporcionar uma ampla disponibilidade de variados espaços domésticos – e variados em diversas matérias (ex., funcionalidades, dimensões, relações mútuas entre os próprios e relativamente às envolventes, etc.) –, mas de espaços domésticos realmente “específicos”, porque bem apropriáveis, identificáveis, caracterizáveis e, já agora, positivamente marcantes.

Naturalmente que uma tal intenção terá de ser harmonizada com a espaciosidade global da respetiva habitação, podendo tais espaços reduzir-se, e frequentemente, a subespaços, sedes de microfunções domésticas, pois há que organizar uma tal diversidade “à escala” da sua respetiva base de desenvolvimento; mas uma tal “micro-repartição” funcional e espacial, que é, quase sempre, parcial pois cada um dos subespaços continua a integrar, claramente, um espaço maior, é algo de essencial mesmo quando estamos em presença de compartimentos muito espaçosos, acontecendo, mesmo, por vezes, nestes casos, quando tal não é possível, que se produz um resultado funcional extremamente pobre, em termos de versatilidade de usos e de apropriação.

Em seguida, iremos abordar, globalmente, a matéria dos usos e apropriações dos compartimentos, dos cantos e dos recantos domésticos, tentando refletir um pouco mais sobre o que caracteriza tais espaços, sempre tendencialmente intimistas, mas também potencialmente conviviais, onde se processa a vida diária das famílias, num leque variado de espaços habitualmente com funções específicas, mas desejavelmente com uma equilibrada flexibilidade funcional, formalizando espaços privilegiados da apropriação familiar e individual.

2. Implementar uma habitabilidade ampla dos espaços domésticos

As características de habitabilidade dos espaços domésticos são, realmente, fundamentais para a qualidade residencial oferecida por um determinado empreendimento habitacional. Basta imaginarmos uma habitação constituída por compartimentos e espaços razoavelmente amplos/desafogados, e claramente confortáveis e funcionais, que aceitem uma forte apropriação por mobiliário e diversas zonas de uso, para que fique quase praticamente provada essa afirmação.

E diz-se quase provada porque essas condições não chegam, de facto, para uma boa caracterização residencial. É também necessário, pelo menos, que a envolvente da habitação nos ofereça boas condições para a vida diária; pois assumimos sempre – ou deveríamos sempre poder assumir – o nosso espaço de habitar como algo “relacionado com”, por exemplo: uma boa rua; um bom jardim; uma agradável praceta; e uma vizinhança funcional a transportes públicos e outros equipamentos urbanos essenciais.

Podemos/devemos, assim, poder imaginar e sentir o nosso espaço doméstico como um pequeno mundo agradável, apropriado e versátil, em boa relação com uma envolvente urbana praticamente marcada pelas mesmas qualidades, embora naturalmente a uma outra escala funcional e formal; mas, por vezes, a nossa habitação não passa de um conjunto de espaços rigidamente funcionais, nada versáteis, dificilmente apropriáveis, a não ser por um pobre conjunto de funções básicas e nada estimulantes, e mal articulado com uma envolvente também assim globalmente caracterizada.

3. Desenvolver boas condições habitacionais interiores, exteriores e de relação interior/exterior

Deste modo definiu-se um "binómio" mínimo de qualificação residencial assente em boas condições domésticas de compartimentação/privativas e de vizinhança exterior/semipúblicas ou públicas, "binómio" esse que deverá ser estudado e explicado, pois poderá proporcionar conclusões práticas bem interessantes sobre a satisfação residencial; e talvez que entre um e outro elemento possamos, depois, "inovar" com a afirmada introdução da grande importância de um "jogo tipológico" habitacional muito mais protagonista do que aquele que é habitualmente considerado – matéria que temos afluído, várias vezes, nestes textos, mas que terá de ficar para outros específicos desenvolvimentos.

Ainda sobre a importância de boas condições de habitabilidade nos espaços e compartimentos do fogo importa salientar que até a organização ("o layout") do fogo parece ser menos importante do que as condições específicas dos seus Espaços e Compartimentos.

Esta afirmação parece ser globalmente válida e tem grande importância quando a organização do fogo se caracteriza por uma forte neutralidade e adaptabilidade, proporcionando grande flexibilidade nos usos dos diversos Espaços e Compartimentos domésticos, considerando-se, naturalmente, que estes últimos também suportam essa flexibilidade ou multifuncionalidade, designadamente, através de boas condições de espaciosidade e capacidade na arrumação de mobiliário e outras facetas de apropriação (ex., paredes com elementos gráficos e de arte).

Acabamos assim por chegar quase a uma "defesa" de um projeto bem pormenorizado e específico para cada compartimento, objetivo este que parece bem óbvio, mas que,

infelizmente, está, quase sempre, bem longe da maioria dos objetivos dos projetos habitacionais, e com especial relevo para os de habitação de interesse social (HIS), que deveriam, no entanto, ser realmente objeto de uma atenção desse tipo pois neles cada metro quadrado construído é verdadeiramente precioso em termos do seu reflexo no potencial de habitabilidade (funcionalidade, adaptabilidade, apropriação, conforto, etc.) da respetiva habitação e tendo, também bem presente a sua significativa repetição e “serviço” a muitos e variados gostos e necessidades habitacionais – e basta irmos, por exemplo, aos bons exemplos de HIS portugueses dos anos de 1950 e 1960, para encontramos esse bom caminho a ser seguido sistematicamente.

4. Visar também renovados e fundamentados objetivos de organização doméstica

Paralelamente a esta atenção específica para com o bom projeto “arquitectónico” de cada espaço habitacional é, evidentemente, vital ter como objetivo adequadas soluções de organização doméstica, elas próprias marcadas por idênticos critérios globais de versatilidade e capacidade de apropriação.

Mais do que propor estruturas organizativas domésticas mais ou menos caracterizadas, e essencialmente marcadas pelos bem conhecidos e rigidamente hierarquizados zonamentos funcionais, de que nos vamos ocupando ao longo deste trabalho - e desta série de artigos -, importa aqui, porque importa cada vez mais, apontar objetivos de organização doméstica que sejam tendencialmente adequados a um maior número e a uma muito grande amplitude de desejos e de gostos habitacionais, considerando, também, a atual e evidenciada mudança de hábitos domésticos e pessoais que vão hoje marcando, efetivamente, os sítios onde vivemos.

Evidentemente que será, sempre, mais fácil organizar uma habitação de acordo com dupla hierarquização serviço/formalidade e acesso/privacidade, juntando-se a ela o “módulo”, quase autónomo, embora quase sempre pouco acessível, da “suite de casal”; mas há outras opções de organização doméstica e deveria haver uma outra versatilidade básica no seu uso e apropriação.

E tudo passa por muitas questões que podem ser colocadas, por exemplo: quem cozinha e como cozinha? Quem limpa e como limpa? Quem trabalha em casa e o que faz? Que tipo de isolamento sonoro é possível entre espaços próximos? Qual o

número máximo provável de convivas que a habitação suporta? Como se faz o tratamento de roupa? Qual o potencial de usos do exterior privado? Que usos são possíveis na casa de banho principal? Quantas pessoas podem ver TV agradavelmente instaladas na sala? Qual o potencial para um grupo de pessoas sentadas à mesa? Etc.

E repare-se que tais questões pouco têm a ver com as habituais preocupações funcionais domésticas, tão “mecanicamente” aplicadas em tantos projetos habitacionais; mas tenha-se bem presente que a organização e a configuração domésticas adotadas vão influir, fortemente, na vida diária e no percurso familiar de grande número de famílias e de indivíduos; e para além de muitos elementos de referência teórico-prática disponíveis há cada vez mais uma enorme disponibilidade de informação sobre casos de referência, que pode e deve ser usada, naturalmente, com as devidas referências.

5. Promover um melhor convívio doméstico

Em toda esta matéria julga-se que um “assunto”, em particular, tem sido bastante descurado na reflexão e na prática arquitectónica doméstica: trata-se da existência de adequadas condições de convívio doméstico, seja numa perspectiva do respetivo agregado familiar, seja numa outra perspectiva, também essencial, de um potencial de convívio doméstico mais alargado.

O pouco tratamento desta matéria terá a ver, seja com as naturais limitações dimensionais e de espaciosidade geral que marcam a habitação de interesse social e que, “naturalmente”, acabam por inquinhar outros tipos de promoção residencial, seja com a atenção excessiva que se dedicou, durante decénios, aos aspetos de hierarquização e privacidade domésticas, quase que transformando muitas habitações em “grandes quartos” um pouco subdivididos, onde a preocupação quase única é a privacidade e a hierarquia entre entrada, zona de quartos e suite, ficando a cozinha remetida a uma zona funcional e a sala ao espaço quase restante.

E afinal a convivialidade doméstica pode ser fator determinante da criação de uma verdadeira “outra dimensão” na habitação; uma dimensão que tem estado bastante esquecida, pelo menos na habitação económica, embora existindo excelentes exceções de referência.



Fig. 1: Favorecer pequenos incrementos dimensionais nos quartos e outros compartimentos menos amplos, possibilitando mais flexibilidade na arrumação de variadas peças de mobiliário e, designadamente, mais capacidade para o lazer e o trabalho em casa .

6. Proporcionar um verdadeiro “suplemento de alma” espacial e ambiental doméstico

Tendo em conta as ideias que foram atrás apontadas e visando-se uma rica, embora sempre controlada, multidimensionalidade doméstica, apontam-se, em seguida, um pouco a título de exemplos, potencialmente estruturantes, alguns aspetos (1) caracterizadores de uma adequada organização e qualificação residencial dos espaços que compõem as nossas “casas” e que terão como matéria comum o estarem nos antípodas de organizações domésticas rigidamente organizadas e repetidas quase até à exaustão:

- Uma ideia de poder receber e conviver melhor na habitação, designadamente, através de boas condições de receção, no hall/vestíbulo e de um cuidadoso dimensionamento das zonas mais sociais do fogo – vestíbulo, circulações sociais, sala comum e cozinha.
- Este objetivo pode ser atingido através de "meia-dúzia" de metros quadrados "suplementares" na sala-comum e na cozinha (acima das áreas recomendadas

para habitações de baixo custo), desde que as respetivas configurações espaciais e dimensões estruturadoras sejam adequadas. Uma ideia forte em termos dos modos como a habitação poderá apoiar o convívio doméstico, ideia esta que poderá ter de se desenvolver através de compensações dimensionais entre sala comum e cozinha, proporcionando-se, por exemplo, uma ampla cozinha convivial e uma sala mais adequada para o estar e, até, eventualmente, para o trabalho em casa.

- Favorecer pequenos incrementos dimensionais nos quartos e outros compartimentos menos amplos, possibilitando mais flexibilidade na arrumação de variadas peças de mobiliário e, designadamente, mais capacidade para o lazer e o trabalho em casa; e optar conscienciosamente sempre que estejam em causa dimensões mínimas. Isto não significa que não se apliquem tais dimensões mínimas em casos específicos quando funcionalmente julgados adequados, o que tem a ver, designadamente, com a disposição de enfiamentos de camas individuais.
- Segundo Sven Thiberg (2) há que aplicar estrategicamente suplementos dimensionais, apurando-se os espaços e compartimentos onde "um metro quadrado extra", suplementar às indicações mínimas regulamentares, pode aumentar significativamente as condições de habitabilidade (acessibilidade, agradabilidade de uso, alternativas de ocupação); uma matéria que tem igual aplicabilidade em soluções habitacionais acima das indicações mínimas.
- Estes suplementos dimensionais estratégicos estão associados à capacidade de se integrarem várias subzonas funcionais em cada compartimento, uma condição fundamental para a respetiva versatilidade de uso, seja em diversidade de funções, seja em diferentes modos de vida e diversas formas de ocupação por atividades e diversos tipos de mobiliário, condições estas muito interessantes considerando-se, por exemplo, a adequação a diversas minorias étnicas.
- Favorecer pequenos e funcionais incrementos dimensionais em espaços de circulação, proporcionando que estes espaços ganhem, verdadeiramente, uma outra e importante valência, designadamente, para integração de mobiliário, ou mesmo outros usos eventuais (ex., trabalho em casa), e sempre com evidentes ganhos em habitabilidade e apropriação da habitação.

- Aumentar significativamente a funcionalidade no desempenho de todas as tarefas domésticas e de outras atividades diárias, em toda a habitação, através de uma cuidadosa conceção que evite espaços potencialmente muito cheios de mobiliário e equipamento.
- A funcionalidade estrita de cada Espaço relativamente à(s) sua(s) "função(ões) de base", deve ponderar, designadamente, os seguintes fatores:
 - dimensionamento;
 - comandos de instalações "embebidas";
 - equipamentos fixos;
 - capacidade de integração de mobiliário com diferentes características tipológicas, dimensionais e de quantidades de peças unitárias agregadas ou reunidas;
 - existência de espaços suplementares para (i) mobilar posteriormente, (ii) equipar posteriormente e (iii) movimentar-se e usar adequadamente os espaços.

Notas bibliográficas:

(1) Estes aspetos são apontados, sinteticamente, no estudo do LNEC, realizado pelo autor e intitulado "Do Bairro e da Vizinhança à Habitação".

(2) Sven Thiberg (Ed.), "Housing Research and Design in Sweden", p. 128.

Notas editoriais ao artigo:

O presente artigo corresponde a uma edição muito ampliada, modificada e revista do artigo que foi editado na Infohabitar, em 25/08/2014, com o n.º 497.

Referências editoriais:

1.ª Edição: Infohabitar, Ano XVII, n.º 781, terça-feira, junho 29, 2021

Link para a 1.ª edição: <http://infohabitar.blogspot.com/2021/06/oferta-abrangente-de-espacos-domesticos.html>

Etiquetas/palavras chave: habitação, arquitectura, compartimentos da habitação , compartimentos domésticos , espaços da habitação , espaços habitacionais , inovar na habitação

Infohabitar

Editor: António Baptista Coelho

*Arquitecto – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa –, doutor em
Arquitectura – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto –,
Investigador Principal com Habilitação em Arquitectura e Urbanismo –
Laboratório Nacional de Engenharia Civil.*

abc.infohabitar@gmail.com, abc@lnec.pt

***A Infohabitar é uma Revista do GHabitar Associação Portuguesa para a
Promoção da Qualidade Habitacional Infohabitar – Associação atualmente
com sede na Federação Nacional de Cooperativas de Habitação
Económica (FENACHE) e anteriormente com sede no Núcleo de
Arquitectura e Urbanismo do LNEC.***

***Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais
Norte.***